



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República,  
Luiz Inácio Lula da Silva, ao Jornal do Tocantins  
Publicada em 05 de fevereiro de 2009**

**Jornalista:** Temendo a falta de interesse de investidores nacionais e estrangeiros, o governo resolveu adiar os leilões de subconcessão à iniciativa privada de duas ferrovias: a Norte-Sul, entre Palmas (TO) e Estrela d'Oeste (SP), e a Bahia Oeste, entre o litoral sul do estado e a divisa com Tocantins. A Valec informou que as obras serão tocadas inicialmente com recursos orçamentários. Ambos os leilões estavam previstos para o primeiro semestre. O que motivou essa decisão? Ela atrasará as obras da Ferrovia Norte-Sul? Para quando estão previstos os leilões?

**Presidente:** Nós estamos atentos à crise internacional e seus possíveis desdobramentos no Brasil. Nosso governo vem agindo, mas não podemos ignorar o cenário de forte contração no crédito internacional. Não se faz concessão sem crédito e o investidor, neste momento, encontra dificuldade de financiamento. É um problema que não foi causado por nós, mas que tivemos de levar em consideração. Os projetos de expansão e conclusão da Ferrovia Norte-Sul e da Ferrovia de Integração Oeste-Leste foram planejados para serem tocados com recursos públicos e privados. Na medida em que tais obras exigem um amplo volume de financiamento, e antevedendo as dificuldades impostas pelo momento atual, nós decidimos inverter a ordem das coisas. Determinei à Valec que desse continuidade às obras dessas ferrovias já em andamento e iniciasse a construção de novos trechos, de acordo com o programado, utilizando recursos públicos que estavam previstos apenas para agosto próximo. Então, na verdade, o governo federal está antecipando seus desembolsos com o objetivo de manter o ritmo das obras. Mais adiante, quando a crise for controlada e o crédito voltar a



circular, nós poderemos então fazer leilões mais competitivos.

**Jornalista:** Em Dianópolis, região sudeste do Tocantins, o projeto de irrigação Manuel Alves, que conta com recursos do PAC, provocou a retirada de diversas famílias para a construção da barragem. O senhor prometeu a elas uma Casa de Farinha e novas moradias, no dia do lançamento, em março de 2008. Mas até hoje moram em barracos de lona, ao lado das casas prontas, para as quais não podem se mudar porque o programa Luz para Todos ainda não fez a ligação da energia elétrica. Existe alguma previsão?

**Presidente:** A Casa de Farinha encontra-se atualmente em licitação e a conclusão dos trabalhos está prevista para junho deste ano. Fazendo uma pequena retificação, essa obra foi, na realidade, uma solicitação da comunidade feita a mim durante a inauguração do projeto de irrigação Manuel Alves. O ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, ficou encarregado de atender a demanda. O projeto da Casa de Farinha, encaminhado pelo estado à Secretaria de Programas Regionais (SPR), do Ministério, resultou no convênio assinado no valor de R\$ 185 mil. Quanto à questão da energia elétrica, há menos de uma semana houve uma reunião entre os assentados, o Ministério Público Federal, o Naturatins (órgão ambiental do Estado), o Ruraltins (assistência técnica e extensão rural) e a Companhia de Energia Elétrica do Tocantins (Celtins). Nesse encontro, ficou definido que a obra de rede elétrica terá início no próximo dia 6, sexta-feira, com prazo de término em 25 de junho. Quanto à rede de água, mais complexa, demandará um prazo um pouco maior, com previsão de término para o próximo mês de julho.

**Jornalista:** Por ocasião do Fórum de Governadores do Norte e Nordeste, que teve a sua participação, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, disse que uma das estratégias para redução das desigualdades regionais no Brasil é a regularização de imóveis rurais na Amazônia Legal que,



juntos, representam 67,4 milhões de hectares. Quando o trabalho começará no Tocantins? Desse volume de hectares, quantos estão em território tocantinense?

**Presidente:** Nós já estamos desenvolvendo os trabalhos preliminares. Equipes do Ministério do Desenvolvimento Agrário começaram a visitar os nove estados em que haverá o processo de regularização. É para resolver de uma vez por todas a questão da posse de terras dos agricultores familiares na região amazônica. Dos 67,4 milhões de hectares de imóveis rurais da Amazônia Legal, 842 mil hectares situam-se em 89 municípios do Tocantins. Isso abrange 15 mil posses. Os imóveis rurais de até quatro módulos fiscais, que é a medida usada no campo (na Amazônia Legal, cada módulo fiscal equivale a 76 hectares, em média), poderão ser regularizados em 60 dias. Até agora, a regularização levava em média cinco anos. No Tocantins, temos 150 mil hectares com o processo de medição previsto em lei já concluído. Nesses lugares, fica mais facilitada a localização dos posseiros e é onde vamos começar imediatamente. Até abril já estaremos realizando nesses lugares esse novo trabalho de regularização.

**Jornalista:** Há vários projetos energéticos em andamento no estado com recursos do PAC. Os cronogramas das obras serão afetados pelos efeitos da crise econômica mundial?

**Presidente:** Se nós fôssemos agir da maneira tradicional diante de uma crise financeira, é claro que cortaríamos investimentos, incluindo os destinados ao PAC e a programas sociais. Mas, no nosso entendimento, não é assim que se enfrenta esse tipo de problema. Em relação ao PAC, por exemplo, ao invés de cortar, nós estamos aumentando o volume de recursos, conforme foi anunciado ontem pela ministra Dilma Roussef. No lançamento do programa, há dois anos, o total de investimentos definido para o PAC, até 2010, era de R\$ 503,9 bilhões e agora ampliamos para R\$ 646 bilhões, o que corresponde a um aumento de



28%. Nós reforçamos nosso compromisso com a execução das obras do PAC, não só aumentando os recursos necessários para os investimentos, mas controlando, ainda mais de perto, as ações que garantem o cumprimento dos cronogramas do investimento. Estas são apenas algumas das medidas que estamos tomando para movimentar a economia, criar os alicerces para um desenvolvimento sustentável, ao eliminar os gargalos de infraestrutura, e garantir o aumento do número de postos de trabalho. Para o estado de Tocantins estamos destinando o montante de R\$ 18,5 bilhões até 2010 e, se for para rever esta meta, vai ser para ampliar e não para reduzir.

**Jornalista:** A OIT estima que 2009 termine com um saldo entre 30 milhões e 51 milhões de desempregados no mundo. Quais serão as estratégias do governo brasileiro para continuar gerando empregos no País?

**Presidente:** O relatório Tendências Mundiais do Emprego, da OIT, prevê para 2009 um aumento do número de desempregados entre 18 milhões e 50 milhões. Números tão diferentes deixam claro que há dificuldades de se fazer previsão, uma vez que há muitas dúvidas quanto à capacidade de ação dos governos nacionais. Em relação ao Brasil, estou mobilizando todos os instrumentos à nossa disposição para diminuir os efeitos da crise sobre o emprego. Tenho orientado minha equipe para atuar em três grandes linhas. Em primeiro lugar, trabalhamos para diminuir o impacto da falta de crédito sobre a produção no Brasil. Para isto, o compulsório dos bancos foi reduzido; usamos parte das reservas em dólar para abrir novas linhas de crédito para exportadores e produtores brasileiros; aumentamos em R\$ 100 bilhões o volume de recursos que o BNDES poderá colocar à disposição dos produtores, reforçando algumas linhas para as micro e pequenas empresas; e reduzimos e mudamos o recolhimento de vários impostos, para que as empresas disponham de maior folga de caixa e dependam menos de crédito para capital



de giro. Em relação ao PAC e sua enorme capacidade de geração de empregos, eu já me referi na resposta à pergunta anterior. Em terceiro lugar, vamos dar continuidade ao aprimoramento das políticas sociais. Estamos mantendo e ampliando o Bolsa Família e avançando em ações complementares na área de qualificação e crédito que deverão permitir aos membros destas famílias melhores oportunidades no mercado de trabalho. Daremos continuidade à política de valorização do salário mínimo, que já está valendo R\$ 465 desde 1º de fevereiro, aumentando a renda de mais de 43 milhões de brasileiros. Estas linhas de atuação são totalmente coerentes com as recomendações da OIT e representam o compromisso do meu governo em manter o nível de emprego em crescimento, para que atravessemos esta crise com os menores efeitos possíveis sobre a população de nosso país, em especial sobre os trabalhadores.

(\$31DHKLP)